



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

CATMAT N° 67636

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de material de consumo – cordões personalizados para crachás, para atendimento da demanda da Seção de Controle de Frequência e Requisições – SECOF.

2 MOTIVAÇÃO E FINALIDADE.

A aquisição se faz necessária para atender solicitações dos servidores do TRE/CE, em razão da obrigatoriedade do uso do crachá de identificação na sede de lotação e em serviço externo, principalmente, em razão da proximidade com as Eleições 2022 e do acesso à nova Sede do TRE (art. 5º da Portaria TRE-CE nº 1715/2015).

3 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.

- 3.1 Aquisição de 500(quinhentos) cordões personalizados para crachá;
- 3.2 Confeccionado em poliéster; medindo aproximadamente 75cm;
- 3.3 Cor verde, com a sigla: TRE-CE, “silkado” (Tecnologia Silk) na cor amarela na face externa;
- 3.4 Com prendedor metálico;
- 3.5. Modelo anexado a este Termo de referência.

4 DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DE PREÇO

Devido ao pouco quantitativo do suprimento e dada a exigência do uso ser obrigatório nas dependências deste Tribunal, o julgamento das propostas levará em consideração o critério menor preço, tendo como parâmetro a pesquisa de mercado efetuada pela Seção de Análise Preços deste Tribunal, sem uso da cotação eletrônica, a fim de que se possa adquirir o item da forma mais rápida possível.

5 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os materiais deverão ser entregues no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço, na Seção de Almoxarifado - SEALX, de segunda-feira a sexta-feira, de 8h às 15h, com endereço na Rua Paulo Faustino s/n, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE. CEP 60.813-513

5.2 De forma a verificar se o material obedece ao devido controle de qualidade, a SECOF, por ocasião da entrega deverá realizar, juntamente com a Seção de Almoxarifado, a conferência do material, somente atestando o recebimento após a aludida conferência.

5.3 A empresa vencedora deverá responsabilizar-se por todos os custos envolvidos na entrega do material, tais como transporte terrestre ou aéreo (quando da impossibilidade de cumprimento do prazo por via terrestre), mão-de-obra, seguro, etc.

6 DOS PRAZOS

6.1 O prazo para entrega do material solicitado será de 15(quinze) dias, contados a partir da transmissão da nota de empenho que será encaminhada, através de fax ou e-mail, e o mesmo enviará, obrigatoriamente, a confirmação do seu recebimento.

7 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Para o fiel cumprimento do contrato, o TRE/CE, além das obrigações contidas na Lei n.º 8.666/93 e demais legislação correlata, compromete-se:

7.1 Notificar o fornecedor, por e-mail, da Nota de Empenho;

7.2 Permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;

7.3 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

7.4 Promover, através de seu representante (gestor do contrato), o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à licitante vencedora as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte dela;

7.5 Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado.

7.6 Fornecer as informações necessárias e dirimir quaisquer dúvidas sobre a entrega do material, proporcionando à Contratada facilidades para que possa realizar normalmente o fornecimento dos materiais;

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Assinar o contrato, no prazo máximo de 55 (cinco) dias contados da convocação;

8.2 Agendar com a Seção de Almoxarifado a entrega do material com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência pelos telefones: 85-3453-3741, 85-3453-3742 ou pelo e-mail: sealx@trece.jus.br;

8.3 Entregar os materiais solicitados, no prazo estipulado, conforme especificação, marca e preço;

8.4 Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção e/ou fabricação ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro de seus prazos de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem pela Seção de Almoxarifado, caso fortuito, negligência, ou por terceiros;

8.5 A Substituição de que trata o subitem anterior deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação formal feita pelo Gestor do Contrato.

8.6 Aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades licitadas.

9 DO PAGAMENTO

9.1 Após verificado que o serviço encontra-se de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal mensal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$

17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

9.2 As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

9.3 Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

10 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Justiça Eleitoral, com emissão da respectiva Nota de Empenho.

11 DAS PENALIDADES

11.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

11.2 O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

a advertência;

b multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte por cento), por atraso injustificado no cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;

c multa de 10% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

d multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;

g declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

11.3 Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.4 As sanções estabelecidas nos itens 11.2.a, 11.2.e, 11.2.f e 11.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 11.2.c e 11.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5 Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados

resumidamente no Diário Oficial da União.

11.6 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.7 Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito será enviada à contratada GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívi - da Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado [IGPM], ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

12 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A realização de todas as atividades relacionadas à contratação será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato, servidor MARCELO PARENTE FALCÃO, mat. 88834 ou pelo Gestor Substituto, servidor LEONARDO SOARES DE OLIVEIRA, mat. 71279 ou, ainda, por outro servidor designado para este fim, representando o TRE/CE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

12.1 O gestor anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da servidora designada para acompanhamento deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

12.3 A atestação das faturas correspondentes a prestação de serviços caberá à Gestora do Contrato ou a outro servidor designado para este fim.

13 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Como se trata de objeto de natureza simples, não há necessidade de critérios de sustentabilidade na contratação em questão.

14 DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2022, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início em dia de expediente.

Fortaleza, 21 de setembro de 2022.

Marcelo Parente Falcão
Chefe da Seção de Controle de Frequência e Requisições

De acordo:

Sabrina D'Henrique Pierre Coordenadora de Pessoal

Cyntia Monteiro Dantas Toscano
Secretaria de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PARENTE FALCAO, CHEFE DE SEÇÃO**, em 22/09/2022, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **SABRINA D HENRIQUE PIERRE, COORDENADORA**, em 22/09/2022, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **CYNTIA MONTEIRO DANTAS TOSCANO, SECRETÁRIA**, em 22/09/2022, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em
https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&d_orgao_acesso_externo=0&cv=0048912&crc=3A208CBF informando, caso não preenchido, o código verificador **0048912** e o código CRC **3A208CBF**.